

Gestão danosa das receitas das comunidades de Moma/Larde, onde se explora areias

O dinheiro que aos d

Por Armando Nhamumbo

É o capítulo que, até aqui, permanecia por desvendar sobre a indústria das areias pesadas de Moma (hoje no novo distrito de Larde) na nortenha província de Nampula: afinal, também as receitas provenientes daquela actividade mineira e que, por força de Lei, deviam ir ao desenvolvimento das comunidades onde se localiza a mina da Kenmare Resources Plc, não estão a beneficiar aos legítimos donos. O SAVANA rastreou os contornos dos chamados 2.75% e constatou que, em Moma/Larde, o fundo está simplesmente desviado do propósito para o qual foi estabelecido. Os números e os factos, esses, falam por si. Dos 11.854.834, 68 Meticais que entre 2013 até 2015 deviam ter sido canalizados às comunidades, 3.040.925,99 Meticais nem sequer chegaram a estar disponíveis, enquanto 8.813.908, 68 Meticais foram investidos pelo Governo em actividades como construção de uma sala de conferências para receber o então presidente da República, Armando Guebuza, em presidência aberta; instalação de equipamento para retransmissão do sinal da Televisão de Moçambique (TVM) e construção da sede da localidade de Topuíto, num distrito onde as comunidades se debatem com as mais básicas necessidades.

Que a exploração das areias pesadas de Moma/Larde não está a gerar benefi-



Daniel Gimo

cios expressivos para as comunidades locais, já foi, suficientemente, reportado. Em 2014, por exemplo, um estudo do Centro de Integridade Pública (CIP) chegou à conclusão de que, "por cada dólar que a Kenmare ganhou exportando minerais de Moçambique entre 2008 e 2011, Moçambique recebeu apenas um centimo de pagamento de impostos", ou seja, naquele período, as receitas da companhia irlandesa totalizaram USD 326,7 milhões, enquanto os impostos pagos ao Estado somaram apenas USD 3,5 milhões, em consequência de várias isenções fiscais de que a mineradora goza, naquilo que se confunde com uma autêntica espoliação, pela Kenmare, do ilmenite, zircão e rutilo, recursos que ocorrem em Topuíto, uma localidade antes pertencente ao distrito de Moma e agora a Larde, que está em risco de, terminado o ciclo da orgia das areias pesadas, ficar apenas com rasto de destruição.

Por isso, o SAVANA, que em Setembro escalou Moma e Larde, dois distri-

tos costeiros de Nampula, desvendou os contornos da aplicação das receitas provenientes da extracção de areias pesadas e legalmente destinadas às comunidades locais.

Mas vamos em partes. De acordo com a Lei n.º 20/2014 de 18 de Agosto (Lei de Minas), conjugada com a Lei n.º 1/2013 de 7 de Janeiro (que aprova o Orçamento do Estado para 2013), 2.75% das receitas geradas para o Estado pela extracção mineira, uma percentagem que desde 2013 não foi actualizada, são canalizados para o desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os respectivos empreendimentos mineiros.

Para Moma/Larde, essa percentagem só começou a ser canalizada em 2013, nove anos depois da implantação do empreendimento da Kenmare, em 2007, na localidade de Topuíto anteriormente pertencente ao distrito de Moma e, agora, ao de Larde, na sequência da nova divisão administrativa.

Na sua investigação, o SAVANA apurou que, durante os três anos, era suposto que os dois distritos recebessem, no capítulo dos 2.75%, um total de 11.854.834, 68 Meticais, mas consta a execução de apenas 8.813.908, 68 Meticais, não se sabendo o paradeiro dos restantes 3.040.925,99 Meticais.

Mas esse desaparecimento é apenas parte de uma gestão danosa que serve os interesses do Governo em detrimento das prioridades das comunidades, os verdadeiros donos, visto que, por outro lado, as receitas executadas não foram aplicadas em actividades de geração de renda. Pelo contrário, foram desviados para investimentos públicos, alguns dos quais de inteira responsabilidade do governo.

Organizações da sociedade civil, que monitoram de perto a gestão do fundo, asseguram que desde 2013 que o governo se demitiu da sua função social de construir infra-estruturas básicas como escolas, centros de saúde, entre outras, passando a recorrer aos 2.75% para investimentos públicos.

O que é certo é que quando visitamos, em Setembro último, Moma e Larde, este último distrito para onde desde 2015 passou a gestão do fundo, não registamos projectos de geração de renda para as comunidades, à excepção da construção, ano passado, de um mercado.

Das contas que não batem certo ao desvio de aplicação

Entretanto, em circular n.º 01/MPD-MF/2013, os antigos ministros de Planificação e Desenvolvimento e das Finanças fixaram, em 2013, os critérios a observar na implementação de projectos financiados por receitas de explorações mineiras (e petrolíferas) canalizadas às comunidades.

De acordo com o documento assinado por Aiuba Cuereña e Manuel Chang "os recursos (2.75%) devem ser alocados a projectos prioritários visando promover o desenvolvimento socioeconómico das comunidades e ser identificados por estas (comunidades), sob coordenação dos respectivos Conselhos Consultivos



É destes poços onde quase todas as comunidades buscam água para consumo humano, quando o seu dinheiro é aplicado nas prioridades dos políticos.

de localidade".

Efectivamente, a circular em nosso poder especifica que são áreas elegíveis, projectos visando a construção de infra-estruturas socioeconómicas, nomeadamente, a educação (salas de aulas e respectivo apetrechamento); saúde (postos, centros de saúde e respectivo apetrechamento), agricultura (regadios comunitários/represas); silvicultura (florestas comunitárias), serviços (mercados); estradas e pontes de interesse local e; finalmente, sistemas de abastecimento de água e saneamento local. Mas não é isso que a realidade mostra e os factos, esses, falam por si.

Quando estivemos em Moma, distrito que antes da nova divisão administrativa geriu, em 2013 e 2014, os 2.75%, o respectivo administrador se encontrava de férias e, em sua substituição, encontramos o secretário permanente (SP), a quem coube nos receber.

"Tenho dificuldades de me pronunciar sobre esse assunto porque estou cá desde Fevereiro deste ano", respondeu Daniel Gimo, quando o SAVANA quis saber do SP para onde tinha sido investido o dinheiro do povo e se nos podia mostrar algo palpável.

Ora, diferentemente do governo de Moma, que tem "dificuldades" de falar dos 2.75%, o SAVANA sabe que, em 2013, o distrito, com uma população avaliada em 289.189 habitantes, tinha direito a 3.567.494, 68 Meticais, mas há registo de aplicação de apenas 3.452.696, 39 Meticais. Não está claro se os 114.798, 29 Meticais entraram ou não nas contas do distrito.

Porém, dos 3.452.696, 39 Meticais executados, 1.957.411, 71 foram investidos na montagem de equipamento para retransmissão do sinal da TVM e construção da sede da localidade de Topuíto, enquanto 1.495.284,68 Meticais foram aplicados na construção de uma sala de conferências para receber o então presidente da República, Armando Guebuza, no âmbito da sua última presidência aberta a Moma.

A dado passo da entrevista, o SP disse ao SAVANA que a sala de conferências, que vimos in loco, foi financiada pela Kenmare, no âmbito da sua responsabilidade social, mas a multinacional irlandesa negou, ao nosso jornal, ter financiado a construção daquela infra-estrutura, assim como a construção da sede da localidade de Topuíto, garantindo que esses dois foram investimentos feitos pelo Governo de Moma. O que a empresa disse ter sido ela a comprar foi a antena para a TVM, num processo em que coube ao governo financiar a construção da estrutura para a montagem do equipamento. "É uma antena que avariou uma semana depois da sua montagem" conta-nos Gêlo Almoço Ali, residente em Topuíto.

O delegado da TVM em Nampula, Augusto Levi, recusou-se a falar do assunto, remetendo-nos ao director Técnico da televisão pública conhecida por promover intolância política contra a oposição e favorecer o Governo e o partido Frelimo.

Daniilo Langa, o director Técnico da TVM, reconheceu a avaria da antena cuja estrutura consumiu dinheiro do povo, mas disse que a avaria dura há apenas seis meses. "Queimou duas fontes e estamos à espera da reposição", disse, desmentindo, por outro lado, que tenha havido participação do governo no investimento. Na versão de Langa, mais uma contradição sobre o mesmo



Bruge Rupia

investimento, tudo foi um financiamento da Kenmare, a mesma empresa que já tinha dito ao nosso jornal que apenas comprou a antena.

Em todo o caso, esta é uma das mais visíveis faces do desvio de aplicação do dinheiro do povo.

Topuíto, com uma população estimada em 24 mil habitantes espalhados em 11 bairros, é uma localidade que se debate com as mais básicas das carências, não se entendendo a prioridade de colocação de uma antena televisiva onde apenas uma minoria é que tem aparelho televisivo usufruiu da corrente eléctrica, da mesma forma que a aplicação do valor na construção da sede administrativa não se enquadra em nenhuma das áreas

Devolvam o

O que não está claro na estrutura burocrático-governamental é em que nível, efectivamente, desaparece o fundo das comunidades: se é no ministério da Economia e Finanças (MEF), no Governo provincial de Nampula ou nos distritos.

O que é certo é que nenhum dos níveis assume a responsabilidade apesar de a circular n.º 01/MPD-MF/2013 esclarecer que, "a implementação dos projectos deve ser feita em estrita coordenação com o sector Provincial e Distrital (Direcção Provincial e Serviço Distrital)", cabendo à Secretaria Distrital a responsabilidade pela gestão e boa aplicação dos valores que, tratando-se de recursos públicos, a sua execução obedece às normas de administração e execução do Orçamento do Estado.

Ora vejamos. Em Moma, o governador local falou de "dificuldades" e se pronunciou enquanto o de Larde evitou "entrar em detalhes".

pesadas

onhos não beneficia

elegíveis no âmbito da circular n.º 01/MPD-MF/2013.

Enquanto isso, em 2014, foram definidos para Moma 4.372.170 Meticais, mas apenas 2.255.502, 17 é que foram executados. Não está claro se o cativo de 2.116.667, 83 Meticais chegou ou não ao distrito. Porém, do executado, 1.272.416, 00 Meticais foram aplicados na reabilitação duma estrada não classificada que liga Topuíto e Pilivil, enquanto 723.086,00 Meticais foram para a construção de muro de vedação e cozinha do centro de saúde de Larde. Sucede que, com a elevação de Larde para a categoria de distrito, Topuíto, onde está localizada a Mina da Kenmare, passou da jurisdição de Moma para o novo distrito, que conta com uma população estimada em 82.519 habitantes distribuídos por dois postos administrativos.

Como resultado, em 2015, os 2.75% provenientes da extracção das areias pesadas foram geridos no distrito de Larde, cujo administrador não dá detalhes. "Bem (...) eram dois milhões e alguma coisa, com que fizemos um mercado na zona de Topuíto e vedamos a unidade sanitária da sede", respondeu Brugerupia.

Mas o SAVANA sabe que, em 2015, foram definidos para Larde, não "dois milhões e alguma coisa", mas sim 3.915.17 Meticais, dos quais 3.105.710, 13 Meticais terão sido aplicados na construção do mercado de Topuíto, mas também na abertura de duas fontes de água em Kapula e Nathaka, não se sabendo o paradeiro dos restantes 809.459, 87 Meticais que, sem explicação às comunidades a que deviam beneficiar, evaporaram nas contas de um governo moçambicano que tem na falta de transparência uma das suas marcas.

Para este ano, foram 2.160.000 Meticais, mas até Setembro, quando estivessem em Larde, o distrito ainda aguardava pelo dinheiro, mas o administrador garantiu que a sua aplicação seria em conformidade com as prioridades das comunidades que disse mesmo que já estavam a ser ouvidas.

As prioridades que são ignoradas

A circular n.º 01/MPD-MF/2013 é clara sobre quem deve definir as prioridades a serem financiadas pelos 2.75%, ao referir que "devem ser identificados por estas (comunidades), sob coordenação dos respectivos Conselhos Consultivos de localidade".

Mas a maioria das comunidades, que falaram à nossa reportagem, sequer ou-



Rei Matapa

viram falar dos 2.75% e os que já ouviram confirmam que, com Moma, nunca houve auscultação comunitária.

Para além de residente, Gêlo Almoço Ali é também chefe da secretaria local, mas mesmo assim, só sabe que há uma percentagem para as comunidades, desconhecendo os meandros do dinheiro que, se houvesse transparência, seria dos primeiros a ter conhecimento.

"O dinheiro de 2013 e 2014 foi consumido em Moma. Em nenhum dia tivemos encontro", desabafa, acrescentando que, até Setembro deste ano, quando estivessem no terreno, só tinha havido um único encontro, em 2015, com o Governo de Larde.

"Ano passado recebemos cerca de 3 milhões e fizemos qualquer coisa. Por exemplo, deu para construção do muro do hospital", acrescenta.

Confirma a exclusão das comunidades do rei Matapa. Diamantino Amisse Ibraimo, de nome oficial, pediu mesmo o que chamou de "apoio para percebermos muito bem os nossos direitos".

De resto, a marginalização das comunidades na definição das prioridades pode explicar, em parte, os sucessivos desvios de aplicação do fundo. É que, na verdade, não é de antenas de televisão, nem de salas de conferências que aquelas comunidades precisam, mas,

isso sim, de mais salas de aulas para tirar os alunos que estudam ao relento. Precisam de do apetrechamento das salas existentes para que as crianças tenham condições mínimas para o processo de ensino e aprendizagem. É da redução do rácio aluno-professor para minorar a superlotação de salas e a consequente melhoria da qualidade de ensino. É da abertura de mais furos para suprir a insuficiência da água potável. É da aquisição de uma ambulância-mota para dar cobro à demora da chegada das mães grávidas às unidades sanitárias, bem assim a construção de uma casa mãe-espera. É da edificação de mais unidades sanitárias com mais salas para internamento e bancos de socorro, bem como a provisão de mais medicamentos que agora escasseiam. É da construção de latrinas melhoradas para combater o fecalismo a céu aberto que, actualmente, constitui um atentado à saúde pública. É da reabilitação das vias de acesso para facilitar a ligação dentro e para fora que, agora, é um martírio que, de facto, o SAVANA experimentou no terreno. É da reconstrução das pontecas que, em consequência das últimas cheias, quase todas desabaram, com o risco de, na época chuvosa que inicia, a transitabilidade se tornar cada vez

mais caótica. É da construção de uma ponte sobre o rio Larde que ligue a sede do distrito à Topufto, um percurso que agora é feito em canoas, com um custo financeiro e todo tipo de riscos. É de aterros sanitários para a recolha de lixo. É de sementes melhoradas para a prática da agricultura, incluindo a afectação de um técnico extensionista para apoiá-las em boas práticas agrícolas. Aquelas comunidades, que têm na pesca uma das suas bases de rendimento, precisam ainda de material de pesca para impulsionar a actividade.

São estas algumas das suas principais prioridades, contidas no Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC), um documento orientador em nossa posse elaborado por organizações da sociedade civil baseadas em Nampula, em parceria com o governo, prioridades que o SAVANA foi confirmar no terreno.

Sociedade civil coloca pontos nos /s

Para as organizações da Sociedade Civil (SC) que se batem pela defesa dos direitos das comunidades de Moma/Larde, o que está a acontecer é que os 2.75% estão a substituir o papel do Governo.

"A posição da sociedade civil perante o governo foi de que não se podia usar aquela percentagem daquela forma, visto que o fundo substituiu o que se prevê no PEDD e PESOD, papel do governo", disse ao SAVANA Jordão Matimula, da plataforma da Sociedade Civil em Nampula.

Afirma o activista da SC que "não há resultados porque o fundo foi usado não para os fins que deveria servir. Recordo-me que quando estava para ser realizada a presidência aberta do (presidente) Guebuza foi reabilitada uma sala de sessões/conferências usando aquele fundo, processo extremamente desenquadrado".

Guarda más memórias de Moma: "antes de Larde tornar-se distrito, quem tomava as decisões era a administração do distrito de Moma. O representante da administração (administrador) em seu conselho distrital decidia o que

fazer e como fazer com o fundo", diz, acrescentando que o governo de Larde demonstra sinais significativos de transparência e sensibilidade com o que é de direito das comunidades.

Matimula comenta sobre a emissora da TVM: "não foi uma ideia acertada, tomando em consideração que a maior parte da população que reside em Topuíto não tem televisão, deveria se investir na rádio comunitária, na electricidade, na educação diurna e nocturna de qualidade e em actividades de geração de renda".

Lamenta que as decisões, que deviam ser tomadas na base das consultas comunitárias, considerando-se as prioridades e necessidades urgentes das comunidades, estejam a ser tomadas pelos Conselhos Consultivos Distritais presididos pelo administrador que repete ser a pessoa que, no fim, determina sobre o fundo.

Fonte da SC em Nampula, que pediu anonimato, justificando que "está a se a matar neste país", disse ao SAVANA que a raiz do problema está na forte partidização do Estado.

"Infelizmente, o governo e a Frelimo não se diferenciam, por isso, é inevitável que tenham influência na tomada de decisão. Não há dúvidas que o partido no poder tem influência nisso" responde, de pronto. Coincidentemente, quando chegamos a Moma, tivemos de esperar pelo SP, Daniel Gimo que, em plenas horas normais de expediente na função pública, encontrava-se reunido, precisamente, em mais uma sessão na sede distrital da Frelimo.



Jordão Matimula

dinheiro do povo!

Na direcção provincial de Economia e Finanças de Nampula também não encontramos esclarecimentos. Aqui, o director adjunto do sector, Arnaldo Jacinto, respondeu que os 2.75% não passam da direcção provincial.

"No âmbito do SISTAFE (Sistema de Administração Financeira do Estado) tudo sai directamente do Ministério das Finanças e vai directamente ao distrito. Uma vez o sistema carregado da origem, vai directamente ao destinatário", disse o dirigente. Apesar das "voltas" desde os distritos até à província, não nos fizemos de rogados. Eram 8h:32 minutos de 3 de Outubro quando contactamos telefonicamente, o porta-voz do MEF. Rogério Nkomo disse-nos que se encontrava ocupado, pelo que, devíamos contactá-lo durante a tarde do mesmo dia. Dito e feito. Com o relógio a marcar 16h:24 minutos daquela segunda-feira, voltamos à linha, mas o porta-voz jamais nos atendeu, quer naquela segunda-feira, quer no dia 5

de Outubro, quando o contactamos as 9h:46 minutos.

Quando nos apercebemos, finalmente, da estratégia "fugitiva" do porta-voz Nkomo, lavramos, a 07 de Outubro, um documento oficial que, à Luz da Lei n.º 34/2014 de 31 de Dezembro (Lei do Direito à Informação), solicitava, explicações sobre os 3.040.925,99, ora em "parte incerta", só para recorrer ao vocabulário político nacional. Nem mesmo a indicação clara, no documento, da urgência da solicitação, demoveu o ministério a cumprir pelo menos o timing fixado pela Lei do Direito à Informação.

Foi assim que, volvidos 21 dias, tempo durante o qual "congelamos" esta reportagem na longa espera da resposta, decidimos publicá-la, enquanto o documento protocolar, que confirma a entrada da nossa solicitação no MEF na sexta-feira de 07 de Outubro, devidamente, carimbado na secretaria, jaz nos nossos arquivos.



A transitabilidade em Moma e Larde é um bico-de-obra, pois quase todas pontecas estão cortadas